

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                         |          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                              | <b>2</b> |
| Título: Energia da usina Angra 3 é mais cara até do que geração solar, diz estudo ..... | 2        |
| Título: Broadcastagro: Produtor investe e garante ano bom para seguradoras .....        | 3        |
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                            | <b>5</b> |
| Título: Nabhan terá influência em 6 mil licenciamentos .....                            | 5        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                 | <b>7</b> |
| Título: Opinião - Não é fácil explicar o que está acontecendo com o mercado .....       | 7        |

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 24/12/2018****Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Energia da usina Angra 3 é mais cara até do que geração solar, diz estudo**

Custos. Levantamento do instituto Escolhas mostra que economia com substituição do projeto nuclear por painéis solares seria de R\$ 12,5 bilhões; conclusão da usina, que teve obras paralisadas em 2015 por denúncias de corrupção, deve consumir mais R\$ 15,5 bi

O custo da energia da usina nuclear de Angra 3 é o mais alto entre todas as fontes disponíveis no País, segundo estudo do Instituto Escolhas em parceria com a PSR, consultoria especializada em energia. Considerando critérios objetivos como valor da obra, custo fixo de operação, subsídios e prêmio ambiental, a energia a ser produzida por Angra 3 é mais cara que a de termoeletricas a gás e de empreendimentos de energia renovável. Caso o governo optasse por desistir de concluir Angra 3, e até desmontasse o que já foi feito, e substituísse a usina por parques solares no Sudeste ainda assim a economia seria de R\$ 12,5 bilhões em um período de 35 anos. A conclusão de Angra 3 foi anunciada como prioridade pelo futuro ministro de Minas e energia, almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior. A comparação de Angra 3 com usinas solares no Sudeste foi realizada pelo pressuposto de que ambos os empreendimentos gerariam energia na base do sistema elétrico, não emitiriam gases de efeito estufa e estariam próximas de grandes centros de consumo na mesma região.

O estudo considerou ainda o fato de que a energia solar recebe subsídios, não pode ser produzida à noite e demanda substituição por outras fontes. Nesse cenário, o preço da energia solar para o consumidor seria de R\$ 328 por megawatt-hora (MWh), maior que o preço obtido em leilões realizados pelo governo, de R\$ 150 por MWh, mas, ainda assim, inferior ao de Angra 3. Segundo o estudo, o custo real da energia da usina nuclear é de R\$ 528 (MWh). O valor é maior do que a tarifa estabelecida pelo governo há dois meses, de R\$ 480 por MWh, que estaria em linha com os valores praticados por usinas nucleares no exterior e uma pré-condição para a retomada das obras, paralisadas em 2015 por denúncias de corrupção.

“A energia nuclear é a mais cara”, disse o fundador e diretor executivo do Instituto Escolhas, Sergio Leitão. Segundo Leitão, a economia com o fim de

Angra 3 seria de R\$ 12,5 bilhões mesmo levando em conta pagamento de rescisões contratuais, multas, compensações socioambientais e liquidação antecipada do financiamento. “Sob o ponto de vista de geração de energia, (Angra 3) não se justifica”, disse Leitão. “Se a reativação dessa usina tem a ver com a manutenção do programa nuclear brasileiro e das estatais ligadas à área militar, isso deve ser explicitado de outra forma, como política de governo.” A Eletronuclear, subsidiária da Eletrobrás, informou que o preço da energia da usina teve como base estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Segundo a empresa, o valor restabelece a viabilidade da obra e é compatível com projetos no exterior. A Eletronuclear destacou que as fontes renováveis são intermitentes e levam ao acionamento de termoeletricas. E informou que o estudo desconsidera ganhos de processo de mineração, beneficiamento e enriquecimento do urânio. Projeto do período militar, Angra 3 começou a ser construída em 1984, mas as obras foram paralisadas em 1986. O projeto foi retomado por Lula em 2009. O custo estimado para o término do projeto era de R\$ 8,3 bilhões, para conclusão em 2014. Investigações da Polícia Federal revelaram desvios na obra e resultaram na prisão de executivos da Eletronuclear. A conclusão da obra deve demandar R\$ 15,5 bilhões, totalizando R\$ 23,5 bilhões. A usina terá potência de 1.405 MW. A hidrelétrica de Teles Pires tem 1.820 MW e custou R\$ 3,9 bilhões.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 24/12/2018

**Seção:** Colunas

**Autor:**

**Título:** Broadcastagro: Produtor investe e garante ano bom para seguradoras

As seguradoras festejam os resultados obtidos em 2018 com produtos para a agropecuária. A maior demanda é por seguro agrícola, modalidade de proteção de lavouras contra prejuízos causados pelo clima ou receita abaixo do esperado. “Como a demanda em geral foi crescente, podemos avançar mais de 20%”, conta Joaquim Neto, presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg). Em 2017 as companhias faturaram R\$ 4,12 bilhões com produtos para o campo. Neste ano, até setembro, mês com os últimos dados disponíveis, o montante das vendas de seguro agrícola, de penhor de bens e benfeitorias, entre outras categorias, chegava a R\$ 3,4 bilhões, mais de 15% acima de igual período do ano passado. Se a expectativa se

confirmar, o setor fechará dezembro com um valor anual próximo de R\$ 4,9 bilhões.

» De vento em popa. Joaquim Neto diz que produtores têm investido mais na qualidade da lavoura, o que aumenta o interesse pelas apólices. Investimento em maquinário também puxa as vendas, já que um dos requisitos para obter financiamento é segurar o bem. Para 2019, é esperado um crescimento de 20% na receita com seguro agrícola, especificamente, já que o governo deve ampliar para R\$ 430,5 milhões os recursos para custear parte da apólice ao produtor - ante R\$ 386 milhões em 2018. O percentual subvencionado, entretanto, deve cair para 30% a 40% do valor do seguro, sendo que este ano foi de 35% a 45%. “Com isso, mais produtores devem conseguir contratar”, diz Joaquim Neto.

» Tira daqui, põe lá. Ainda sobre o tema, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) não conseguiu convencer a Comissão Mista de Orçamento do Congresso a somar R\$ 150 milhões aos R\$ 430,5 milhões já previstos para 2019. Por outro lado, obteve R\$ 160 milhões extras, além dos R\$ 25 milhões prometidos, para a defesa agropecuária. Mas a entidade não se dá por vencida. “Se o governo consentir que dá para reorganizar parte do orçamento do crédito ou outras áreas para o seguro, é possível aumentar”, diz Fernanda Schwantes, assessora técnica da CNA.

» Aqui, não. Na defesa agropecuária, o dinheiro será usado para combate e prevenção da febre aftosa, erradicada no Brasil com a vacinação do rebanho na maioria das regiões, mas presente nos vizinhos Venezuela e na Colômbia. Haverá também medidas de contenção da peste suína clássica, brucelose, tuberculose e mosca-das-frutas. “Os recursos serão destinados aos Estados, via convênio, para evitar a entrada de animais sem fiscalização nas fronteiras e fortalecer a inspeção de produtos de origem animal e vegetal”, explica Lilian Figueiredo, coordenadora de Produção Animal da CNA.

» Poupa. A retirada da vacinação contra febre aftosa em Rondônia, Acre, Paraná e parte de Mato Grosso, a partir de 2019, deve resultar em uma economia de R\$ 2 por animal, calcula o assessor técnico da Comissão Nacional de Bovinocultura de Corte da CNA, Ricardo Nissen. Só nos três primeiros Estados o custo de produção deve cair R\$ 52,2 milhões no ano que vem. A medida faz parte do plano estratégico 2017- 2026 do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (Pnefa).

» Aval. Documento da Federação Brasileira e Bancos (Febraban), da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Ambima) e da B3 encaminhado ao Ministério das Minas e energia avaliza a nova política nacional de biocombustíveis (RenovaBio). O estudo concluiu que o programa, além de iniciativa concreta para reduzir emissões, é positivo aos produtores e

importadores por trazer previsibilidade ao mercado e biocombustíveis. “O setor financeiro e o mercado de capitais têm interesse que o RenovaBio prospere e ofereça oportunidade aos clientes”, relatam.

» Mais consumo. As entidades do setor financeiro avaliam, no entanto, que os Créditos de Descarbonização (CBIOS), a serem comercializados para compensar as emissões de combustíveis fósseis, não devem resultar em uma receita expressiva aos produtores de biocombustíveis no curto prazo. O faturamento extra virá mesmo do aumento da venda de etanol e biodiesel.

» Engenharia. O cronograma prevê que até julho de 2019 haja a regulamentação da engenharia financeira para que os CBIOS possam ser comercializados. Para isso, o governo acredita que serão necessárias autorizações e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

» Digital no ar. Após se tornar líder de mercado no monitoramento de pulverizações agrícolas, a paulista Dominus Soli, de São João da Boa Vista, decidiu criar um aplicativo que permite acompanhar a aplicação dos insumos e gerar relatórios sobre a operação. Hoje, a empresa monitora cerca de 2,5 milhões de hectares e espera dobrar a área coberta no ano que vem. Depois dos Estados Unidos, o Brasil tem a maior frota de aviões agrícolas do mundo, 2 mil aeronaves, que pulverizam cerca de 70 milhões de hectares.

COLABOROU NAYARA FIGUEIREDO

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 24/12/2018

**Seção:** O País

**Autor:** VINICIUS SASSINE

**Título:** Nabhan terá influência em 6 mil licenciamentos

Esvaziamento da Funai dará ao presidente da UDR poder no processo das licenças ambientais. Secretaria de Assuntos Fundiários, que será liderada por ele, dará pareceres sobre impacto de obras em áreas indígenas

O futuro secretário especial de Assuntos Fundiários, o líder ruralista Luiz Nabhan Garcia, poderá influir em mais de 6 mil processos de licenças ambientais, nas mais diferentes esferas e etapas. A secretaria de Nabhan

passará a ser a responsável pelos pareceres relacionados ao impacto de obras em terras indígenas, conforme determinado pela equipe de transição.

Esses pareceres fazem parte da rotina para a emissão de licenças pelos órgãos ambientais e hoje estão a cargo da Fundação Nacional do Índio (Funai), que será esvaziada no governo de Jair Bolsonaro. Tramitam pela Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental da Funai mais de 6 mil processos, referentes a licenças nas esferas municipais, estaduais e federal.

Presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Nabhan teve papel de destaque na campanha presidencial de Bolsonaro. Depois da eleição, foi anunciado como futuro secretário especial de Assuntos Fundiários, estrutura a ser criada no Ministério da Agricultura.

O Ibama tem hoje 2,8 mil processos de licenciamento em andamento. Menos da metade precisa ser remetida para que a Funai se posicione. O órgão, no entanto, não se limita a avaliar pedidos de licenças federais. A Funai é consultada em procedimentos de licenças municipais e estaduais, o que leva ao universo de mais de 6 mil processos. Até janeiro deste ano, oito servidores eram responsáveis na Funai pelas análises nos processos de licenciamento. Hoje, a equipe tem 30 pessoas.

Um mesmo processo de licenciamento federal pode passar até seis vezes pela Funai. A partir do momento em que o empreendedor preenche a chamada ficha de caracterização de atividade e informa que há uma terra indígena no caminho, o caso é remetido ao órgão. O próprio Ibama também faz cruzamentos com sistemas de georreferenciamento para identificar áreas indígenas potencialmente impactadas por um determinado projeto.

Os pareceres da Funai não são vinculantes, ou seja, o Ibama não tem a obrigação de segui-los. Mas a afinação entre os dois órgãos é uma praxe, como forma de se evitar contestações pelo Ministério Público Federal.

Um caso emblemático que envolve um licenciamento dependente de análise na Funai é o da linha de transmissão de energia entre Manaus e Boa Vista, o linhão de Tucuruí. Dos cerca de 700 quilômetros da linha, 123 quilômetros passam pelo território da etnia Waimiri Atroari. Roraima é o único estado não interligado ao sistema nacional e sofre com apagões frequentes. A Venezuela fornece energia ao estado.

Em agosto, o governo federal decidiu dividir o licenciamento ambiental do linhão, após uma reunião interministerial no Palácio do Planalto. O projeto foi licitado em 2011 e ainda não saiu do papel. A decisão tomada é que um

processo cuidaria da licença para o trecho dentro do território indígena e outro, da licença na área fora da demarcação.

O futuro governo quer flexibilizar os processos de licenciamento ambiental, sob o argumento de que atrapalha obras de infraestrutura. Pretende também parar de demarcar novas terras indígenas e permitir atividades econômicas irrestritas — em especial mineração e arrendamentos agropecuários — nesses territórios.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 24/12/2018

**Seção:**

**Autor:**

**Título:** Opinião - Não é fácil explicar o que está acontecendo com o mercado

Encontrar uma narrativa para os grandes movimentos de mercado é basicamente o motivo para que analistas existam.

Comentaristas financeiros de televisão, estrategistas e até mesmo jornalistas dedicam boa parte de seu tempo para explicar por que o “grande evento político/macroeconômico X” gerou a “resposta de mercado Y”.

Não é um exercício despropositado, e a resposta nem sempre é errada —longe disso. Mas a prática tem limitações.

Prova disso são os esforços em curso para atrelar as oscilações nas ações dos Estados Unidos, e por extensão nas de todo o planeta, a um grande tema (comércio, petróleo, o fim da sustentação monetária, preocupações quanto ao crescimento americano etc.).

As Bolsas americanas tiveram, na semana passada, o pior resultado desde a crise de 2008. É bem possível que os observadores estejam buscando respostas nos lugares errados. Talvez não haja um grande tema. Talvez alguns fundos de hedge simplesmente tenham errado.

É essa a sugestão de Pravit Chintawongvanich, estrategista de derivativos no banco Wells Fargo, em Nova York.

Em nota a clientes, ele apontou que nem todas as ações americanas são iguais. As variações recentes em seu desempenho foram pronunciadas, enquanto a volatilidade geral dos índices se mantinha surpreendentemente baixa.

Podemos estar diante de uma excentricidade sazonal: o período que antecede o Natal é quase sempre lento e firme.

Mas o mais importante é que o declínio que o S&P 500 (queda de 6,9% na última semana) vem registrando em dezembro não afeta igualmente todos os componentes do índice, e a correlação entre ações individuais é mais baixa do que em viradas recentes de mercado, como a de fevereiro de 2018 ou a de agosto de 2015.

“Isso aponta para a liquidação de posições compradas/ vendidas de ações como móvel primário”, ele propõe.

De semana a semana, setores diferentes sofreram, começando com o de matérias-primas e a indústria, seguidos pela energia e pelas grandes ações de tecnologia, sucedidas pelo setor financeiro.

Isso sugere que os fundos que operam com uma mistura de posições compradas e vendidas de ações —essencialmente “stockpickers” (seletores de ações)— estão enfrentando dificuldades.

“Eles não encontraram lugar para se esconder, já que todas as posições compradas favoritas terminaram por ser expostas”, disse Chintawongvanich.

De fato, esses fundos perderam 7,6% desde que a onda de vendas começou de verdade, em outubro, até a primeira semana de dezembro —mais ou menos o dobro da escala das perdas de fevereiro deste ano e de agosto de 2015.

Uma vez mais: por quê? A questão se transformou em uma versão do velho debate sobre o ovo e a galinha. Mas pode ajudar a compreender o que estamos enfrentando, hoje.

O que virá a seguir, portanto? Ou isso continuará a pesar sobre o índice mais amplo, que despencará quando o pânico surgir, com “fuga ao risco maciça”, ou o processo seguirá seu curso e a onda de vendas vai parar.

“Isso se alinha também com a falta de demanda por ‘tail hedges’ [operações de hedge contra eventos altamente improváveis] e coma divergência entre as ações e a volatilidade da economia, que de acordo com a maioria dos indicadores vai bem”, escreveu Chintawongvanich.

**MME / ASCOM .**